

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 – O PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA	19
1.1 Contextualização	19
1.2 O papel dos princípios na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	20
1.3 O reconhecimento constitucional do acesso à justiça	28
1.4 A garantia formal e material do acesso à justiça	32
2 – O ACESSO À JUSTIÇA E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	37
2.1 Contextualização	37
2.2 O acesso à justiça no Estado liberal	37
2.3 O acesso à justiça no Estado social de direito	40
2.4 O acesso à justiça no Estado democrático de direito	44
3 – AS ONDAS DE ACESSO À JUSTIÇA NA CONCEPÇÃO DE MAURO CAPPELLETTI E BRYANT GARTH	51
3.1 Contextualização	51
3.2 A primeira onda: “assistência judiciária para os pobres”	55
3.3 A segunda onda: “representação dos interesses difusos”	60
3.4 A terceira onda: “um novo enfoque de acesso à justiça”	63
4 – A ATIVIDADE JURISDICIONAL NA ATUALIDADE E A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	69
4.1 Contextualização	69
4.2 A atividade jurisdicional na atualidade	70
4.3 Os meios alternativos de solução de conflito	76
4.4 A importância dos meios alternativos de solução de conflitos	83
5 – O TRIBUNAL MARÍTIMO	93
5.1 Contextualização	93

5.2	Noções preliminares de Direito Marítimo	96
5.3	A composição do Tribunal Marítimo.....	100
5.4	A jurisdição do Tribunal Marítimo	102
5.5	A competência do Tribunal Marítimo	107
5.6	A decisão (acórdão) do Tribunal Marítimo	116
6	– O PROCESSO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL MARÍTIMO ... 121	
6.1	Contextualização	121
6.2	Tipos de processos no Tribunal Marítimo	121
6.3	O inquérito administrativo	122
6.4	As fases do processo do Tribunal Marítimo	127
6.4.1	A instauração e distribuição	127
6.4.2	A instrução e a defesa	131
6.4.3	As alegações finais	133
6.4.4	O julgamento e a decisão (acórdão)	133
6.4.5	As penas e a execução	134
6.4.6	Os recursos cabíveis	137
7	– OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO E O TRI- BUNAL MARÍTIMO..... 141	
7.1	Contextualização	141
7.2	O princípio do devido processo legal	142
7.3	O princípio da igualdade das partes (isonomia)	146
7.4	O princípio do contraditório e da ampla defesa	150
7.5	O princípio da motivação das decisões judiciais	156
7.6	O princípio da publicidade	157
7.7	O princípio do juiz natural	159
7.8	O princípio da brevidade processual	165
7.9	A inexistência da obrigatoriedade de duplo grau de jurisdição	168
8	– CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
	CONCLUSÃO	177
	REFERÊNCIAS	179
	ÍNDICE ALFABÉTICO	189